



MINISTÉRIO DO TURISMO

NOTA
TÉCNICA Nº: 27/2021/CLIC/CGLC/SPOA/SE

PROCESSO Nº: 72031.014961/2020-05

INTERESSADO: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Inovação - STII

1. DAS PRELIMINARES

1. Cuida-se de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por item, objetivando a contratação de serviços técnicos de manutenção preventiva programada e corretiva, incluindo a troca e reposição de peças das Salas-Cofre do Ministério do Turismo, monitoramento ativo do ambiente e substituição de componentes específicos sob demanda, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, limitada a sessenta meses, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, art. 57, inciso II, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

2. Na data e horários estabelecidos para abertura da sessão pública, reuniram-se a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria SPOA nº 88, de 17/07/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 10.024/2019, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 07/2021.

3. Após encerramento da fase de lances, da qual participaram 6 licitantes, restou provisoriamente classificada em primeiro lugar a empresa FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.801.587/0001-38 (SEI nº 1155419).

4. Finalizada a análise inicial e realizada a aceitação da proposta, os autos do processo foram submetidos à área técnica para análise da documentação relativa à qualificação técnica, que concluiu pelo atendimento dos requisitos de qualificação técnica por meio da Nota Técnica 5/2021 (SEI nº 0915787), com a seguinte ressalva:

[...]

III. CONCLUSÃO:

A documentação da FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA foi avaliada, tecnicamente pela equipe de TIC relacionada ao processo, encontrando-se em conformidade com as especificações do processo de contratação pública em questão. Cabe ressaltar que restou pendente o item 12.5.3 do Termo de Referência: a declaração pela empresa, de forma objetiva, de qual (is) será (ã) o (s) técnico (s) responsável (is) pela execução dos serviços que compõem o objeto do pregão eletrônico nº 07/2021 do Ministério do Turismo". (sem grifo no original).

5. Não obstante a aceitação da proposta apresentada, foi inabilitada pelo não atendimento ao item 9.11.3 do Edital, conforme as razões apontadas na Análise da Documentação de Habilitação nº 9/2021/CLIC/CGLC/SPOA/GSE (SEI nº 0923853).

6. Ato contínuo, a licitante ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A foi convocada a negociar, após o qual encaminhou tempestivamente sua proposta.

7. Realizada a aceitação da proposta e após análise da documentação de habilitação, a

licitante ORION foi habilitada, cujas decisões estão materializadas na Nota Técnica 11/2021 (SEI nº 0936918) e Nota Técnica nº 11/2021 (SEI nº 0944157), elaboradas pela área técnica, e Análise 12/2021 (SEI nº 0942509), emitida pela Pregoeira, sendo declarada vencedora do certame.

8. Aberto prazo para apresentação de intenção de recurso no Sistema Comprasnet, a empresa FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, apresentou intenção de recorrer.

9. Ante as razões expostas pela recorrente (SEI nº 0959075) e das contrarrazões apresentadas (SEI nº 0959076) e com fundamento no poder-dever de autotutela que estabelece que a Administração Pública possui o poder de controlar os próprios atos, houve alteração da decisão anteriormente proferida, declarando-se inabilitada a empresa ORION TELECOMUNICACOES ENGENHARIA S/A, com retorno à fase de habilitação ao referido certame (SEI nº 0959181).

10. Na sequência, aberto prazo para apresentação de intenção de recurso no Sistema Comprasnet, a licitante ORION TELECOMUNICAÇÕES ENGENHARIA S.A., registrou sua intenção de recurso.

11. Analisadas as razões do recurso (SEI nº 1020227) e contrarrazões (SEI nº 0959076), a decisão que classificou e habilitou a empresa FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA como vencedora do certame foi mantida, consoante Nota Técnica nº 16/2021/CLIC/CGLC/SPOA/SE (SEI nº 1024271 e SEI nº 1246133).

12. Após o julgamento dos recursos pela pregoeira, ainda pendente de decisão da autoridade competente, a licitante ORION protocolou petição na qual apresenta "*novas informações e documentos comprobatórios*" no sentido de "*confirmar o não atendimento dos requisitos técnicos presentes no edital do Pregão Eletrônico nº 07/2021 e seus anexos*" (SEI nº 1038560, Processo 72031.009982/2021-81).

13. Em síntese, informa que as salas-cofres que receberam manutenção da empresa FLASHX perderam sua certificação, uma vez que a FLASHX não é credenciada pelo fabricante ou por empresa terceira autorizada para realizar esse credenciamento e poder atuar conforme a norma ABNT 15.247.

14. Aduz que a avaliação procedida pela equipe técnica levou em consideração as informações apresentadas nos atestados encaminhados, os quais induzem ao falso entendimento de que a empresa FLASHX em questão possui capacitação técnica para atendimento dos requisitos técnicos requeridos no Edital e seus anexos.

15. Ainda, encaminha notificação emitida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ao CIEX - CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO (entidade que emitiu um dos atestados de capacidade técnica considerados na avaliação da área técnica), na qual aquela associação comunica o cancelamento da certificação da Sala Cofre do CIEX tendo em vista a execução dos serviços de manutenção por empresa não qualificada, sem, no entanto, identificar a empresa prestadora dos serviços.

16. Alerta que a partir da intervenção de empresa não autorizada nas instalações inicialmente certificadas pela ABNT, cessam as garantias expressas na Marca de Segurança ABNT/Inmetro, bem como a do próprio fabricante certificado.

17. Por fim, solicita reconsideração da última decisão proferida pela pregoeira para que seja inabilitada a empresa FLASHX, uma vez que considera ausência de comprovação de qualificação técnica para atendimento dos requerimentos previstos no edital.

18. Diante dos argumentos apresentados, a equipe técnica realizou diligências junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, suscitando questionamentos a fim de esclarecer a situação da licitante frente ao pregão eletrônico, bem como conforme documento anexado à sequencial SEI nº 1088805.

19. Em resposta, a ABNT encaminhou suas considerações, informando ainda as empresas habilitadas para prestar o serviço de modo a manter a certificação ABNT (SEI nº 1088805), a saber ACECO TI LTDA e GREEN4T SOLUCOES TI LTDA (GREEN4T).

20. Foi ainda solicitado às empresas habilitadas pela ABNT, para que informassem quais empresas autorizadas a prestar o tipo de serviço, com manutenção da referida certificação (SEI nº 1088813 e nº 1088833).

21. Diante dos elementos apresentados, a equipe técnica emitiu a Nota Técnica nº 22/2021/CORBD/CGINF/STII/GSE (1060436) emitida a Nota Técnica 22/2021/CORBD/CGINF/STII/GSE (SEI nº 1060436) concluindo que:

(...)

9. Diante das informações expostas acima e das diligências efetuadas, verifica-se que a licitante FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA não atende aos requisitos em integralidade, conforme previsão do certame, sendo que eventual prestação de serviço que acarrete em perda da certificação das salas-cofre caracteriza inexecução contratual, já que é requisito a manutenção dessa certificação, conforme norma ABNT 15247.

*10. Os requisitos previstos no Termo de Referência visam **preservar alto investimento realizado ao garantir a conformidade do produto (salas) e a manutenção de sua qualidade conforme especificações determinadas pelo fabricante.***

22. Instada a se pronunciar, a licitante FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA manifestou-se por meio de documentação anexada aos autos, SEI nº 1120676.

23. Em apertada síntese, a licitante traz esclarecimentos acerca da certificação ABNT 15247 e PE 47, informando que a certificação ABNT 15247 é desvinculada do selo PE 47, sendo o selo emitido pela certificadora privada, enquanto a certificação possui nível governamental.

24. Informa que, com base na vinculação ao instrumento convocatório, o objeto do edital do pregão eletrônico não faz menção ao selo de garantia da ABNT Certificadora PE047, principal objeto de questionamento, somente fazendo menção à manutenção da Certificação ABNT 15247, conforme item 2.1.2 do Edital.

25. Afirma que a empresa ORION não tem homologação junto a ABNT certificadora para efetuar manutenção com o selo de garantia da ABNT Certificadora PE 047.

26. Informa que a perda da certificação no Centro de Inteligência do Exército - CIEIX não se deu durante o período de vigência contratual, uma vez que o atestado foi emitido em 2014 e a notificação da ABNT comunicando a perda de certificação foi efetuada em 2018, concluindo, assim, que a perda provavelmente ocorreu quando da execução de serviços por outra empresa.

27. Argumenta que existe um cartel entre as empresas, na qual ocorre a vinculação das contratações de ambas as certificações em um serviço único, como uma solução única.

28. Cita que não se pode exigir atestado de capacidade de experiência anterior com objeto idêntico ao pretendido na licitação.

29. Ressalta ainda que conforme consulta realizada ao site da ABNT, a interpretação de certificação infere-se ao processo produtivo, não às manutenções, não havendo a exigência de empresa de manutenção ser possuidora de tal certificação. Informa que bastaria manter as características do ambiente de sala-cofre. Ainda questiona se as salas-cofre do MTur possuem tal certificação.

30. Por fim, defende que a exigência editalícia foi integralmente cumprida, sem qualquer prejuízo à competitividade do certame e os princípios norteadores da Administração Pública.

31. Diante do exposto pela licitante, a equipe técnica se manifestou pela Nota Técnica nº 28/2021/CORBD/CGINF/STII/GSE (SEI nº 1120684), parcialmente transcrita:

(...)

10. Quanto à alegação de que a perda de certificação em ambiente de sala-cofre do Centro de Inteligência do Exército - CIEX se deu em momento posterior à prestação de serviço da licitante, informa-se que foi verificado no site de governo Comprasnet (documento SEI nº 1129733), que de fato o contrato vigorou por apenas um ano, 31/07/2014 a 30/07/2015, não havendo informações relativas a aditivos de prorrogação, sendo que o Centro de Inteligência do Exército - CIEX realizou novo pregão eletrônico para o serviço. Como as informações de novo contrato no CIEX são classificadas como sigilosas no Portal da Transparência, não se entrará nesse mérito, apenas atesta-se que a perda da certificação não ocorreu no mesmo período de execução contratual da licitante FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA.

11. Entretanto, diante das diligências efetuadas junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e às empresas habilitadas por esta, verifica-se que, no atual momento, a licitante FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA encontra-se em situação semelhante a que culminou com a perda de certificação no ambiente de sala-cofre do Centro de Inteligência do Exército - CIEX, não possuindo habilitação junto à ABNT, nem sendo autorizada por empresa credenciada.

12. Quanto à alegação da licitante de que não se pode exigir atestado com objeto idêntico ao que se pretende licitar, esclarece-se que não há tal exigência. Considerando que cada localidade tem a suas peculiaridades e suas necessidades, o certame permitiu que a comprovação de experiência poderia ser demonstrada tanto com serviços em ambiente de sala-cofre certificada, quanto em ambiente computacional de missão crítica, como se extrai dos itens 12.5.2.1 e 12.5.2.2 do Termo de Referência:

12.5.2.1. serviços de manutenção preventiva e corretiva em Sala Cofre certificada pela Norma ABNT NBR 15.247, com características pertinentes e compatíveis com as descritas no Anexo I deste Termo de Referência; OU

12.5.2.2. serviços de manutenção preventiva e corretiva em ambiente computacional de missão crítica, com características equivalentes ou superiores ao do Ministério do Turismo, conforme descrito no Anexo I deste termo de Referência.

13. Entretanto, o Termo de Referência deve ser conhecido pelas licitantes como um todo, verificando se, além da comprovação da experiência anterior, inerente aos atestados apresentados, a postulante possui aptidão para executar os serviços, conforme a descrição estabelecida para sua prestação. Assim, embora se paute em critérios objetivos, a Administração Pública tem a obrigação de realizar diligências, caso parem dúvidas quanto ao cumprimento de todos requisitos estabelecidos no certame.

14. Desta maneira, o que se questiona não é a comprovação de experiência da empresa, por meio dos atestados de capacidade técnica apresentados, mas o impeditivo para atuar no mercado, com manutenção da certificação, segundo norma ABNT 15.247, em ambiente de sala-cofre, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

15. Ressalta-se que as manutenções preventivas e corretivas no ambiente de sala-cofre incluem uma série de procedimentos, conforme descrição no Termo de Referência, e segundo parâmetros do fabricante e requisitos estabelecidos na norma técnica ABNT 15.247, o que contempla trocas e reposições de peças, que devem seguir a mesma padronização do método construtivo, sob risco de comprometer a segurança dos equipamentos de tecnologia da informação e sobretudo ocasionar a perda de dados e de informações do Ministério do Turismo, cujas consequências para o setor seriam incalculáveis, já que todo o legado digital do órgão encontra-se sob a proteção dos datacenters.

16. Cumpre registrar que a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT realiza auditorias anuais nas salas-cofre do Ministério do Turismo com rigorosos padrões para aferição de conformidade, como combate a incêndios, teste de estanqueidade, vedações e tantos outros. O órgão por si não possui a expertise para aferir a segurança da sala-cofre e de seus componentes, razão pela qual, é tão importante garantir a manutenção da certificação, segundo os parâmetros da norma ABNT 15.247, atestados por associação credenciada para tanto e sem vínculo com o empresa executora dos serviços.

17. Cabe ainda apontar, conforme consulta ao site do Egrégio Tribunal de Contas da União - TCU, o mais recente entendimento daquele colegiado, conforme pesquisa ao campo "jurisprudência selecionada":

Desde que o processo licitatório contenha a devida justificativa, é possível exigir dos licitantes, para fins de qualificação técnica, a certificação NBR 15.247, com vistas à execução de serviços de manutenção de *sala-cofre*.

Acórdão 1474/2017-Plenário | Relator: AUGUSTO NARDES

ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação técnica | SUBTEMA: Certificação

Outros indexadores: Manutenção, *Sala-cofre*, ABNT

Publicado:

[Boletim de Jurisprudência nº 181 de 31/07/2017](#)

Nas licitações de serviços de manutenção integrada de infraestrutura de datacenter, é cabível a exigência de comprovação de habilidade para prestação de serviços de acordo com a NBR 15.247 (requisitos para instalação e uso de *sala-cofre*) , como requisito de qualificação técnica, quando a magnitude e a relevância dos dados a serem tratados justificarem a apresentação de certificações que garantam a qualidade e continuidade dos serviços prestados.

Acórdão 2740/2015-Plenário | Relator: VITAL DO RÊGO

ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação técnica | SUBTEMA: Certificação

Outros indexadores: Manutenção, Data center, *Sala-cofre*, ABNT

Publicado:

[Informativo de Licitações e Contratos nº 265 de 10/11/2015](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 105 de 09/11/2015](#)⁴

18. Atesta-se ainda que a licitante, embora afirme, não trouxe em sua resposta (documento SEI nº 1120676) evidências que possam garantir que as certificações das salas-cofre serão mantidas, seja por aferição da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT ou por outra certificadora que possa ser credenciada para tanto, da qual não se tem conhecimento que possa existir, além da ABNT, para os produtos específicos de datacenters de propriedade do Ministério do Turismo, modelo Lampertz/Rittal.

19. A licitante também não evidenciou qualquer tentativa de habilitação junto à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, autorização junto ao fabricante brasileiro ou outorgante da licença de fabricação do produto sala-cofre. Tampouco apresentou qualquer negativa, por parte de empresas habilitadas e por motivo desarrazoado, para requerer sua autorização para atuar em manutenção de salas-cofre com certificação de acordo com a norma ABNT 15.247.

20. Assim, a licitante não comprova que possui, no presente momento, nem que possa conseguir antes de firmar o contrato, os requisitos e autorizações necessários para se garantir que as manutenções preventivas e corretivas, nas salas-cofre do Ministério do Turismo, sejam realizadas em conformidade com a norma ABNT 15.247.

III. CONCLUSÃO

21. Diante do exposto, depreende-se que a licitante não comprovou que atende todos os requisitos para atuação em manutenções preventivas e corretivas, com garantia de manutenção da certificação ABNT 15.247, nos produtos de datacenters do Ministério do Turismo, dos quais quais se objetivou para o certame.

32. Ante a situação exposta, os autos do processo foram submetidos à Consultoria Jurídica do MTur para análise e manifestação acerca da legalidade da inabilitação da empresa FlashX considerando os apontamentos trazidos nos autos do processo, tendo em vista que não houve a previsão expressa de exigência de comprovação de certificação ABNT 15247.

2. DA ANÁLISE

2.1. A finalidade da licitação é de satisfazer o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa, desde que esta cumpra às exigências estabelecidas no instrumento convocatório, que se faz lei entre as partes, como também respeitar os princípios constitucionais e administrativos.

2.2. Os atos praticados pela Pregoeira e Equipe de Apoio foram revestidos de clareza, coerência, objetividade e transparência, bem como observância ao princípio vinculatório ao Ato Convocatório.

33. Conforme se verifica dos autos, para a condução do certame foram observadas as disposições do instrumento convocatório. A questão se torna trabalhosa ao julgamento objetivo do certame quando envolve a controvérsia existente quanto ao integral cumprimento dos requisitos do

editais, frente a ausência de previsão expressa no instrumento convocatório de apresentação da própria certificação ABNT 15247.

34. Ante a situação exposta, os autos do processo foram submetidos à Consultoria Jurídica do MTur para análise e manifestação acerca da legalidade da inabilitação da empresa FlashX considerando os novos apontamentos trazidos pela licitante Orion, tendo em vista que não houve a previsão expressa de exigência de comprovação de certificação ABNT 15247.

2.3. Em sede de análise, o julgamento emanado pelo corpo jurídico foi emitido por meio do Parecer nº 490/2021/CONJUR-MTur/CGU/AGU (SEI nº 1171293) manifestando-se pela viabilidade de exigência de certificação junto à ABNT como critério de qualificação técnica das empresas interessadas no processo licitatório na forma proposta pela Administração, desde que devidamente fundamentada em parecer técnico.

2.4. Deste modo, conquanto o Termo de Referência já contemple em seu bojo alguns elementos informativos a respeito da opção administrativa de exigência de norma técnica em comento, todos os instrumentos da contratação devem ser considerados pelos licitantes para apresentação da proposta. Para tanto, entendeu indispensável a emissão e juntada de um parecer técnico complementar que explicita as razões pelas quais a Administração impõe como requisito de habilitação a apresentação de certificação segundo a ABNT.

2.5. Nessa toada, passando à análise do Parecer supracitado, o assunto foi submetido à área técnica, para exame e manifestação, após o qual expediu a Nota Técnica nº 31/2021/CORBD/CGINF/STII/GSE (SEI nº 1181635), nestes termos:

(...)

II. ANÁLISE

2. Primeiramente, cumpre registrar que, conforme apontamento da Consultoria Jurídica, o Ministério do Turismo fundamentou a necessidade de manutenção preventiva e corretiva de seus ambientes de sala-cofre, calcados na descrição de serviços pertinentes à manutenção da certificação ABNT 15.247, sendo portanto de conhecimento das licitantes os requisitos necessários a serem atendidos, conforme Termo de Referência, documento anexo do Edital e indissociável deste.

3. Quanto à solicitação de parecer técnico complementar, requerido pelo órgão jurídico, conforme item 31 do supracitado parecer, apresenta-se abaixo os elementos técnicos ensejadores da necessidade do Ministério do Turismo para manutenção da certificação ABNT 15.247 em tais ambientes.

4. Conforme já exposto na NOTA TÉCNICA Nº: 28/2021/CORBD/CGINF/STII/GSE (20684), o serviço com a garantia de certificação inclui uma série de procedimentos, descritos no Termo de Referência, seguindo parâmetros do fabricante e requisitos estabelecidos na Norma Técnica ABNT 15.247. Os serviços ora licitados inclui a troca e reposição de peças, que devem seguir a mesma padronização do método construtivo, sob o risco de não conformidade, o que pode ocasionar falhas na segurança do ambiente, comprometer os ativos de tecnologia da informação e sobretudo ocasionar perdas de dados informações importantes do Ministério do Turismo, considerando que todo o legado digital do órgão encontra-se sob a proteção de tais ambientes.

5. O entendimento é reforçado pela Associação Brasileira de Normas técnicas - ABNT, conforme questionamento exposto na Nota Técnica (NT) nº 22 (SEI nº 1060436):

1) Existe a possibilidade de empresa não habilitada pela ABNT na norma 15.247 prestar serviços de manutenção de salas-cofre sem que as salas que recebam o serviço percam a referida certificação?

Resposta ABNT:

A ABNT não pode afirmar que empresas não certificadas por este OCP (Organismo de Certificação de Produtos) tenham qualificação e competência necessárias para avaliar se o correto funcionamento e a manutenção das características originais de projeto estão mantidos, pois a Certificação da solução Sala-Cofre da ABNT tem objetivo de garantir o desempenho da solução frente aos diversos riscos provenientes de um sinistro ao longo da sua vida útil. Portanto, a ABNT somente pode garantir o elevado grau de confiança e proteção das informações e dados ali armazenados em caso de sinistro, impedindo a descontinuidade das operações, expondo empresas

e órgãos públicos a riscos de proporções inestimáveis, se a manutenção for realizada por empresas certificadas pela própria ABNT ou autorizadas destas. (grifos nossos).

[...] O programa de certificação da ABNT para salas-cofre **eleva de forma considerável o nível adequado de segurança ao assegurar por meio de auditorias e inspeções que a manutenção seja executada apenas por mão de obra qualificada e com o uso de peças originais homologadas pelo fabricante.** (grifos nossos).

6. É importante reforçar, conforme exposto na NOTA TÉCNICA Nº: 28/2021/CORBD/CGINF/STII/G (1120684), que a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT realiza auditorias anuais nas salas-cofre do Ministério do Turismo com rigorosos padrões para aferição de conformidade, como combate a incêndios, teste de estanqueidade, vedações e tantos outros. O órgão por si não possui a expertise para aferir a segurança da sala-cofre e de seus componentes, razão pela qual, é tão importante garantir a manutenção da certificação, segundo os parâmetros da Norma ABNT 15.247, atestados por associação credenciada para tanto e sem vínculo com a empresa que venha a executar os serviços.

7. Nesse contexto, entende-se que o funcionamento correto das salas-cofre do Mturnão **pode representar risco relevante (médio ou alto)** em razão de eventual prestação de serviços de manutenção de salas-cofre que não utilize produtos homologados pelo fabricante, que não possua mão de obra qualificada e que não seja submetido a avaliações\auditorias frequentes para verificação de conformidade dos produtos.

8. É importante frisar que os danos que possam vir a ser causados ao Ministério do Turismo vão além daqueles informados no Acórdão nº 589-12/2009, relativos à gestão de um contrato com empresa que não garanta as certificações dos produtos, pois os casos de perda de dados e informações não são sanáveis com a execução de garantia contratual: mais importante que o valor dos ativos nas salas-cofre são os sistemas que eles hospedam, que representam bens intangíveis, cuja indisponibilidade ocasionaria consequências incalculáveis para o setor.

9. Em eventual dano aos ativos nas salas-cofre e em caso de inoperação e corrompimento de certos sistemas do Ministério do Turismo, haveriam danos graves à prestação do serviço público que não podem ser reparados mediante aplicação de garantia contratual (os danos ao erário seriam muito superiores). São exemplos de serviços\sistemas ao cidadão:

9.1. Cadastur: cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor turístico para participação em programas de qualificação promovidos e apoiados pelo Ministério do Turismo;

9.2. SALIC: apoio às Leis de Incentivo à Cultura;

9.3. SNC: o sistema nacional de cultura é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade;

9.4. Vale Cultura: benefício mensal concedido pelo empregador para os trabalhadores;

9.5. Rede Cultura Viva: política pública cultural voltada para o reconhecimento e apoio às atividades e processos culturais já desenvolvidos, estimulando a participação social, a colaboração e a gestão compartilhada de políticas públicas no campo da cultura.

9.6. Pracinhas: as Pracinhas da Cultura reúnem ações culturais, práticas esportivas e de lazer, qualificação, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital.

9.7. Mapas Culturais: Espaço para integrar e dar visibilidade para projetos, artistas, espaços, eventos culturais e seus produtores. Ele é a principal base de informações e indicadores do Ministério da Cultura.

9.8. Prodetur: Programa do Ministério do Turismo, que visa contribuir para a estruturação dos destinos turísticos brasileiros, pelo fomento ao desenvolvimento local e regional, por meio de parcerias com estados e municípios.

9.9. Mapa do Turismo: é um instrumento no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que define a área - recorte territorial - a ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério do Turismo no âmbito do desenvolvimento das políticas públicas.

9.10. Selo Turismo Responsável: programa que estabelece boas práticas de higienização para cada segmento do setor turístico. O selo é um incentivo para que os consumidores se sintam seguros ao viajar e frequentar locais que cumpram protocolos específicos para a prevenção da Covid-19, posicionando o Brasil como um destino protegido e responsável.

9.11. Turismo Acessível: conjunto de ações para promover a inclusão social e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos com segurança e autonomia.

9.12. Portal de Investimentos: faz parte da estratégia de transformação digital do Governo Federal e funciona como um portfólio digital de projetos no setor de turismo e um marketplace, o

qual busca aproximar investidores, empreendedores e poder público.

10. O caso em concreto do Ministério do Turismo se assemelha, em necessidade, ao caso citado no Acórdão 1474/2017 - Plenário, uma vez que, após contratar a solução de uma sala-cofre com a certificação ABNT NBR 15.247, é razoável que o órgão prime pela manutenção da certificação quando da execução dos seus serviços de manutenção, uma vez que decidir por essa garantia em um primeiro momento já teve um custo elevado aos cofres públicos. E além disso, cabe exclusivamente à Administração decidir sobre as especificações de segurança necessárias, porquanto somente o gestor conhece as disponibilidades orçamentárias do órgão e as reais necessidades de segurança da entidade que dirige.

11. Quanto à questão, é importante frisar que o órgão, quando decidiu pelo investimento em segurança de dados e informações, em ambiente com certificação segundo a Norma ABNT NBR 15.247, primou pela manutenção e continuidade dessa segurança, o que atualmente é observado em seus atuais contratos de manutenção preventiva e corretiva das salas-cofre.

12. A sala-cofre do Bloco B da Esplanada dos Ministérios (associada aos serviços de TI prestados pela Secretaria Especial da Cultura - Secult) foi adquirida em 22 de julho de 2013 (SEI nº 184391, vol. III, documento número: 0158098, págs. 152 a 170). O valor despendido à época foi de **R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais)**.

13. A sala-cofre do Bloco U da Esplanada dos Ministérios foi adquirida em 31 de dezembro de 2013 (SEI nº 0097998, contrato nº 25/2013, pág. 3). O valor despendido à época foi de **R\$ 3.560.100,00 (três milhões, quinhentos e sessenta mil e cem reais)**.

14. Assim, os requisitos previstos no Termo de Referência visam ainda, além das justificativas técnicas acima expostas, preservar o alto investimento realizado ao garantir a conformidade do produto (salas) e a manutenção de sua qualidade conforme especificações determinadas pelo fabricante.

15. Portanto, a previsão da prestação de serviço de manutenção preventiva programada e corretiva, incluindo a troca e reposição de peças das salas-cofre do Ministério do Turismo (Mtur) com a preservação da certificação, segundo a Norma Técnica 15.247, foi prevista no Termo de Referência do processo de contratação em questão, cabendo às licitantes se atentarem a tais requisitos.

16. Ao manter a exigência pela prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo a troca e a reposição de peças das salas-cofre do Ministério do Turismo (Mtur) preservada a certificação 15.247 existente em ambas salas, almeja-se:

16.1. Proteger de forma adequada os dados e informações do Ministério do Turismo.

16.2. Diminuir riscos referentes a sinistros ou desastres nos ambientes das salas-cofre bem como nos equipamentos ali hospedados, por meio de auditorias e inspeções frequentes.

16.3. Proteger o investimento realizado pelo órgão.

16.4. Garantir o funcionamento das salas-cofre de acordo com a aquisição inicial, por meio da substituição de peças e componentes originais homologadas pelo fabricante, bem como pelo emprego de mão de obra qualificada na execução dos serviços.

III. CONCLUSÃO

17. Diante de todo o exposto, entende-se que a manutenção da certificação, segundo a Norma Técnica ABNT 15.247, é primordial para mitigação de riscos ao ambiente de infraestrutura de TI, garantindo maior segurança dos dados e informações do Ministério do Turismo, visando ainda o atendimento ao interesse público e à continuidade de seus serviços, além da proteção dos ativos de tecnologia da informação e comunicação da pasta.

18. Assim, depreende-se, conforme estabelecido no Termo de Referência, pela prestação dos serviços de manutenção preventiva programada e corretiva, incluindo a troca e reposição de peças das salas-cofre do Ministério do Turismo (Mtur) **por empresa que demonstre manter a Certificação ABNT 15.247.**

2.6. Da análise empreendida, verifica-se que a manutenção das características originais da sala-cofre é imperativa no intuito de proporcionar a segurança da informação adequada e a preservar o ambiente realizado tanto na construção do ambiente como dos ativos de TI.

2.7. Como o Termo de Referência é parte integrante do Edital, ele também vincula o certame, inclusive no tocante à formulação e julgamento das propostas. Deste modo, conquanto o Termo de Referência já contemple elementos informativos a respeito das informações técnicas do serviço que se pretende contratar, bem como as informações acerca das obrigações de ambas as

partes, dos cronogramas de entrega do produto ou execução do serviço, dentre todas as outras informações relevantes da contratação, entende-se que todos os instrumentos da contratação devem ser considerados pelos licitantes para apresentação da proposta. E nessa senda, conclui-se que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, não pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas.

2.8. Ainda é de se observar que o Pregão 07/2021 foi marcado pela competitividade na fase de lances, o que se verifica, pela redução expressiva em relação ao valor estimado para a contratação, com consequente economia para os cofres públicos. Somado ao fato de que num primeiro momento já houve um custo elevado aos cofres públicos quando da implantação da sala-cofre certificada no âmbito deste Ministério.

3. DA CONCLUSÃO

35. Ante o exposto, analisando as razões expostas, amparada pelo pronunciamento da área técnica demandante e do órgão jurídico, verifica-se que se afiguram motivos para a reconsideração da decisão de declarar vencedora a empresa FLASHX CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.801.587/0001-38, para assim proceder à sua inabilitação, pelo não atendimento aos requisitos de qualificação técnica.

36. Nesse sentido, haverá retorno à fase de aceitação/habilitação.

Marina Bittencourt de Oliveira Angarten

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Marina Bittencourt de Oliveira Angarten**, **Pregoeiro(a)**, em 17/11/2021, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **1178105** e o código CRC **36176262**.